



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução para atendimento da necessidade por serviços de transporte de calcário para atender o programa “Cuidando de Nossa Terra”, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021 - Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Decreto Municipal nº 70/2025 - Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 72/2025 – Dispõe sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal;
- Decreto Municipal nº 95/2025 – Dispõe sobre as práticas de gestão de risco;
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto 165/2025 Dispõe sobre a regulamentação do reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos e atas de registro de preços;
- Lei Municipal nº 2.043/2013 – Cria o programa de transporte de calcário “Cuidando de Nossa Terra”, no município de Bataguassu-MS; e
- Demais legislações pertinentes.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DA IRP

O presente estudo visa a formalização de Registro de Preços para Futura e Eventual serviço de transporte de calcário ensacado, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, pelo período de 01 (um) ano.

Vale consignar, que neste procedimento, a Lei Federal nº 14.133/21 prevê:



Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

No mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 72/2025, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, afirma:

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

(...)

Art. 10. O procedimento previsto no artigo 9º poderá ser dispensado quando a contratação tiver por objetivo o atendimento apenas do órgão gerenciador e seus fundos especiais.

Desta forma, considerando que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura está vinculadas ao órgão gerenciador ou seja, o Município de Bataguassu, que se trata de demanda específica da pasta, justifica-se a dispensa da publicação da IRP.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação decorre da necessidade de viabilizar a logística de transporte de calcário agrícola destinado às propriedades rurais cadastradas no Programa Municipal de Transporte de Calcário “Cuidando de Nossa Terra”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Bataguassu-MS. O programa tem como finalidade apoiar a agricultura familiar por meio da correção da



acidez do solo, medida fundamental para recuperação da fertilidade, melhoria da produtividade agrícola e promoção do uso sustentável do solo.

No município de Bataguassu, parcela significativa da produção agrícola é conduzida por agricultores familiares estabelecidos em assentamentos rurais e pequenas propriedades. Essas áreas, em muitos casos, apresentam solos com elevados níveis de acidez, o que compromete o desenvolvimento das culturas, reduz a produtividade e limita o potencial econômico das atividades agrícolas. A aplicação de calcário agrícola constitui prática agrônômica essencial para a correção dessas condições, porém sua efetivação depende de adequada logística de distribuição até as propriedades beneficiadas.

Nesse contexto, o principal problema a ser resolvido consiste na insuficiência de meios logísticos próprios da administração pública municipal para realizar, de forma eficiente e em escala adequada, o transporte do calcário desde os pontos de distribuição até as propriedades rurais cadastradas no programa, muitas delas localizadas em regiões rurais e, por vezes, de difícil acesso. A inexistência ou limitação de frota e estrutura operacional compatíveis com a demanda comprometeria a execução das ações previstas, podendo resultar em atrasos na entrega do insumo e prejuízos à implementação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Cumprе destacar que a iniciativa encontra respaldo na Lei Municipal nº 2.043/2013, que institui o Programa de Transporte de Calcário no município de Bataguassu. Referida norma estabelece as diretrizes para a execução da política pública voltada ao apoio aos produtores rurais e, em seu artigo 3º, autoriza expressamente o Município a custear o valor do frete, por tonelada transportada, aos agricultores que atenderem aos requisitos previstos no programa, viabilizando, assim, o acesso ao insumo necessário para a correção da fertilidade do solo.

Ressalta-se, ainda, que a aquisição do calcário será de responsabilidade e custeio de cada produtor rural beneficiário, cabendo ao Município apenas o custeio do serviço de transporte do insumo até as propriedades cadastradas no programa. Tal medida constitui importante instrumento de política pública voltada ao fomento da



agricultura familiar, pois reduz os custos logísticos suportados pelos produtores e amplia o acesso ao corretivo de solo, sem que o poder público arque com a aquisição do insumo.

Adicionalmente, o programa prevê o atendimento aproximado de 600 famílias de agricultores familiares distribuídas em diferentes assentamentos e regiões rurais do município, o que demanda planejamento logístico, capacidade operacional e regularidade na prestação do serviço de transporte, de modo a assegurar a entrega escalonada do insumo conforme cronograma previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

Assim, a contratação de empresa especializada para execução do serviço de transporte de calcário mostra-se necessária para garantir a adequada distribuição do insumo às propriedades beneficiárias, assegurando a efetividade do programa municipal, a melhoria das condições de produção agrícola, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no município.

Dessa forma, a contratação atende diretamente ao interesse público ao possibilitar a implementação eficiente de política pública voltada ao aumento da produtividade agrícola, à recuperação da fertilidade dos solos e à geração de renda no meio rural, contribuindo ainda para a segurança alimentar e para o desenvolvimento econômico e social do município de Bataguassu-MS.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de Republicação no PNCP: 11/03/2026

III) Id do item no PCA: 280/2026

IV) Classe/Grupo: serviço



III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O serviço de transporte de calcário ensacado será da cidade de Castro-PR a Bataguassu-MS.
- 3.2. Os produtores pagarão o corretivo/calcário, na quantidade necessária conforme análise de solo apresentada. O município pagará somente o transporte.
- 3.3. A empresa contratada deverá possuir veículos adequados ao transporte de carga de calcário ensacado, com capacidade de carga de no mínimo 35 (trinta e cinco) toneladas, compatível com o volume total estimado de 2.000 (dois mil) toneladas de calcário a ser distribuído ao longo de 12 (doze) meses.
- 3.4. Os veículos utilizados deverão estar devidamente licenciados e os motoristas habilitados conforme exigências legais para transporte.
- 3.5. Os serviços deverão ser realizados **parceladamente** de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, mediante emissão da Autorização de Fornecimento.
- 3.6. A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.7. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 3.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.9. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 3.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.11. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Garantia da contratação



3.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

Subcontratação

3.13. Não será permitida a subcontratação do objeto.

IV. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Para atendimento da demanda relacionada à execução do Programa Municipal de Transporte de Calcário “Cuidando de Nossa Terra”, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para viabilizar o transporte do calcário agrícola até as propriedades rurais cadastradas no programa, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

A análise identificou, inicialmente, a **possibilidade de execução direta do serviço pelo próprio Município**, mediante utilização da frota de veículos da administração pública. Entretanto, verificou-se que a estrutura operacional atualmente disponível não possui quantidade suficiente de veículos de carga com capacidade adequada, tampouco disponibilidade contínua para atender o volume estimado de aproximadamente 2.000 toneladas de calcário a serem transportadas. Ademais, a utilização da frota municipal poderia comprometer a execução de outras atividades essenciais desenvolvidas pelas secretarias municipais, especialmente aquelas voltadas à manutenção de estradas rurais, transporte de materiais e apoio a serviços públicos diversos.

Outra alternativa analisada consistiu na eventual **aquisição de veículos de carga pelo Município para realização direta do transporte**. Contudo, tal opção se mostrou economicamente menos vantajosa, considerando os elevados custos de investimento inicial para aquisição dos veículos, bem como despesas permanentes com manutenção, combustível, contratação ou designação de motoristas, seguros e demais encargos operacionais. Além disso, a demanda pelo transporte de calcário possui caráter



específico e vinculado à execução do programa, não justificando a ampliação permanente da frota municipal para atendimento de uma necessidade pontual e sazonal.

Diante desse cenário, verificou-se como alternativa mais adequada a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas**, modalidade amplamente disponível no mercado e capaz de atender às necessidades logísticas do programa. Empresas do setor dispõem de frota apropriada, equipe técnica capacitada e experiência na execução de transporte de cargas em diferentes condições operacionais, inclusive em áreas rurais.

Sob a perspectiva econômica, a contratação do serviço por tonelada transportada mostra-se mais eficiente para a administração pública, pois permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, evitando custos fixos associados à aquisição e manutenção de equipamentos próprios. Além disso, a competição entre empresas do setor, por meio de procedimento licitatório, tende a proporcionar maior economicidade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Assim, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de calcário agrícola, com remuneração vinculada à quantidade transportada, garantindo eficiência logística, racionalização dos recursos públicos e adequada execução das ações previstas no Programa Municipal “Cuidando de Nossa Terra”.

Para a presente contratação, o uso do Sistema de Registro de Preços se justifica diante da previsão de execução parcelada de acordo com as necessidades da SEMMA para atender os produtores rurais cadastrados no programa, além da impossibilidade de definir previamente os quantitativos exatos a serem demandados (quantidade de viagens, periodicidade exata), considerando as características e natureza da contratação, situações previstas nos incisos do art. 4º Decreto Municipal nº 72/2025



V. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A descrição da solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte rodoviário de calcário agrícola, destinado às propriedades rurais cadastradas no Programa Municipal de Transporte de Calcário “Cuidando de Nossa Terra”, coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Bataguassu-MS.

O serviço compreenderá a realização do transporte do calcário agrícola, previamente adquirido pelos produtores rurais beneficiários do programa, desde os pontos de retirada ou distribuição definidos pela Secretaria Municipal até as propriedades rurais indicadas, observando o planejamento logístico e o cronograma de entregas estabelecido pela administração municipal. A execução deverá contemplar todas as etapas necessárias à adequada movimentação da carga, incluindo coleta, transporte e entrega do material nas localidades indicadas.

A empresa contratada deverá dispor de frota de veículos apropriados para o transporte de carga ensacada, com capacidade operacional compatível com o volume estimado a ser transportado, bem como equipe de motoristas devidamente habilitados e capacitados para condução de veículos de carga, especialmente em rotas rurais e, eventualmente, em áreas de difícil acesso. Os veículos utilizados deverão estar em plenas condições de funcionamento, devidamente licenciados e em conformidade com as normas de trânsito e de transporte vigentes.

A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de sua frota, garantindo a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços durante toda a execução contratual. Eventuais falhas mecânicas, indisponibilidades de veículos ou quaisquer intercorrências que possam comprometer o cronograma de transporte deverão ser prontamente solucionadas pela empresa, mediante substituição de veículos ou adoção das medidas operacionais necessárias, sem prejuízo ao atendimento das demandas do programa.



No que se refere à assistência técnica operacional, a empresa contratada deverá manter canal de comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura para acompanhamento da execução dos serviços, solução de eventuais ocorrências logísticas, ajustes no cronograma de entregas e esclarecimento de quaisquer situações relacionadas à prestação do serviço.

Adicionalmente, a contratada deverá assegurar a integridade da carga durante todo o percurso, adotando medidas adequadas de acondicionamento, transporte e manuseio, sendo responsável por eventuais danos, perdas ou extravios ocorridos durante a execução do serviço. Também deverá apresentar relatórios periódicos ou registros das entregas realizadas, contendo informações como datas, rotas percorridas, quantidades transportadas e propriedades atendidas, a fim de possibilitar o adequado acompanhamento e fiscalização pela administração municipal.

Dessa forma, a solução proposta busca assegurar a execução eficiente, segura e regular do transporte do calcário agrícola, garantindo o atendimento das famílias beneficiadas pelo programa e contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas ao apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) é essencial para assegurar que a licitante encontre-se em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato ou ata devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

Qualificação Técnica

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é



indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.

Justificativa da não participação de consórcio de empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

VI. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Os quantitativos da contratação foram estabelecidos com base na demanda estimada atual apresentada pela Secretaria requisitante, conforme segue:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	010.056.008	Contratação de empresa especializada para realizar o transporte de calcário ensacado, de Castro/PR a Bataguassu/MS, com veículo com capacidade mínima de 35 toneladas, com entrega nos assentamentos rurais e regiões das Retas e Caraguatá.	Ton	2.000	R\$ 148,99	R\$ 297.980,00
TOTAL ESTIMADO R\$ 297.980,00						



A estimativa das quantidades para a presente contratação foi realizada com base no levantamento da demanda apresentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, considerando o número de produtores rurais potencialmente beneficiários do Programa Municipal de Transporte de Calcário “Cuidando de Nossa Terra”, bem como a média de consumo de calcário por propriedade para fins de correção da acidez do solo.

Para a definição da estimativa, foram considerados os dados históricos de atendimento do programa em exercícios anteriores, o número de produtores cadastrados ou com interesse em aderir à iniciativa, além da capacidade operacional necessária para viabilizar a entrega do insumo nas diferentes regiões rurais do município. Também foi levado em conta o fato de que a aquisição do calcário é realizada diretamente pelos produtores rurais beneficiários, cabendo ao Município exclusivamente o custeio do transporte do material até as propriedades.

Estima-se que cerca de 600 (seiscentas) famílias de agricultores residentes nos assentamentos do município de Bataguassu, sendo eles: Assentamento Santa Clara, Assentamento Aldeia, Assentamento Montana, Assentamento Santa Paula “Casulo” e região das Retas e Caraguatá.

Com base nessas informações, estima-se o transporte aproximado de 2.000 (duas mil) toneladas de calcário agrícola, quantidade considerada suficiente para atender à demanda prevista de produtores rurais participantes do programa durante o período de execução contratual. A estimativa também leva em consideração possíveis variações no número de agricultores atendidos e na quantidade de calcário adquirida por cada beneficiário, uma vez que a necessidade de aplicação do corretivo pode variar conforme as características do solo e a extensão das áreas cultivadas.

A adoção de estimativa baseada em tonelagem transportada permite maior flexibilidade na execução contratual, possibilitando que o Município efetue o pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados, conforme a quantidade de calcário transportada ao longo da execução do contrato. Tal metodologia contribui para maior eficiência na gestão dos recursos públicos e para o adequado atendimento das demandas do programa.



Dessa forma, a estimativa de quantidade apresentada neste estudo técnico preliminar constitui parâmetro para o planejamento da contratação, podendo sofrer variações decorrentes da adesão dos produtores ao programa e das necessidades agronômicas verificadas em cada propriedade rural atendida.

VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 297.980,00 (duzentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta reais)**, conforme tabela comparativa constante no item VI.

A presente estimativa foi elaborada com base em contratação similar de ente público, constante da Ata de Registro de Preços n. 092/2025 da cidade de Matupá/MT, cujo objeto se assemelha ao do presente estudo.

Contudo, para que haja maior eficiência nos preços referenciais, estes serão definidos através de pesquisa de preços de acordo com Decreto Municipal 330/2022, que regulamenta as cotações de preços em âmbito municipal.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade de parcelamento do objeto da contratação, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos relacionados à execução do serviço pretendido.

O objeto consiste na prestação de serviços de transporte rodoviário de calcário agrícola destinado às propriedades rurais cadastradas no Programa Municipal de Transporte de Calcário “Cuidando de Nossa Terra”. Trata-se de serviço de natureza contínua durante o período de execução do programa, cuja operacionalização exige planejamento logístico integrado, organização de rotas, controle de cargas transportadas e coordenação direta com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

A eventual divisão do objeto em múltiplos lotes ou a contratação de mais de uma empresa para execução simultânea do serviço poderia gerar dificuldades na gestão e fiscalização contratual, bem como riscos de desorganização logística, sobreposição de rotas, divergências na execução do cronograma de entregas e dificuldades no controle



das quantidades efetivamente transportadas. Além disso, a fragmentação do objeto poderia resultar em aumento de custos operacionais, uma vez que diferentes empresas teriam que mobilizar estrutura logística própria para atendimento parcial da demanda.

Cabe destacar que o serviço de transporte rodoviário de cargas é amplamente disponível no mercado, existindo diversas empresas com capacidade técnica e operacional para executar a totalidade do objeto. Dessa forma, a contratação em item único não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a participação de potenciais interessados.

Sob a perspectiva da economicidade e da eficiência administrativa, a contratação unificada tende a proporcionar maior padronização na execução dos serviços, melhor controle operacional, simplificação da gestão contratual e maior facilidade no acompanhamento e fiscalização pela administração pública.

Diante dessas considerações, conclui-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto, sendo mais vantajosa para a Administração a realização da contratação em item único, abrangendo a totalidade do serviço de transporte de calcário previsto no programa, garantindo maior eficiência logística, melhor controle da execução e adequada aplicação dos recursos públicos.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A contratação do serviço de transporte de calcário agrícola no âmbito do Programa Municipal “Cuidando de Nossa Terra” tem como objetivo assegurar maior eficiência na execução da política pública de apoio à agricultura familiar, promovendo o adequado aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pela administração municipal.

Sob a perspectiva da economicidade, a solução proposta permite que o Município arque apenas com os custos diretamente relacionados à execução do serviço, evitando despesas permanentes decorrentes da aquisição de veículos, manutenção de frota própria, contratação ou designação de motoristas, aquisição de peças, combustível



e demais encargos operacionais. Dessa forma, a administração pública reduz custos estruturais e direciona os recursos disponíveis de forma mais eficiente para o atendimento direto das demandas do programa.

Além disso, o modelo adotado permite maior racionalização dos recursos públicos, uma vez que a aquisição do calcário é realizada diretamente pelos produtores rurais beneficiários, cabendo ao Município exclusivamente o custeio do transporte do insumo. Essa sistemática possibilita que o poder público fomente a atividade agrícola com menor impacto financeiro ao erário, ao mesmo tempo em que incentiva a corresponsabilidade dos produtores no processo produtivo.

Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais da administração municipal, a contratação do serviço terceirizado evita a sobrecarga da estrutura operacional existente, especialmente da frota e das equipes que atuam em atividades essenciais, como manutenção de estradas rurais, transporte de materiais e apoio às demais ações das secretarias municipais. Com isso, preserva-se a capacidade operacional da administração para execução de outras políticas públicas igualmente relevantes.

No que se refere aos resultados esperados no âmbito do programa, a disponibilização do serviço de transporte do calcário possibilitará a ampliação do acesso dos produtores rurais ao corretivo de solo, contribuindo para a melhoria da fertilidade das áreas cultivadas, aumento da produtividade agrícola, fortalecimento da agricultura familiar e incremento da geração de renda no meio rural. Tais resultados também refletem positivamente no desenvolvimento econômico local e na sustentabilidade das atividades agrícolas desenvolvidas no município.

Assim, a contratação pretendida contribui para a obtenção de resultados concretos em termos de eficiência administrativa, economicidade na aplicação dos recursos públicos e fortalecimento das políticas municipais de apoio ao desenvolvimento rural, garantindo maior efetividade às ações implementadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Bataguassu-MS.



X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Antes da formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, a Administração adotará uma série de medidas preparatórias indispensáveis à adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da eficiência, do planejamento e da boa governança pública, previstos na Lei nº 14.133/2021, entre elas:

- Designação dos fiscais de contrato, que deverão acompanhar a sua execução, dentre servidores da administração municipal capacitados para exercício dessa função.

Com essas medidas, busca-se assegurar a execução eficiente do contrato, com acompanhamento técnico qualificado, prevenção de riscos e controle eficaz da qualidade dos bens e serviços entregues à Administração.

XI. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Considerando que trata-se da contratação de serviços de transporte rodoviário e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) disponível para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

X. GERENCIAMENTO DE RISCO

<u>RISCO 1</u>	Atrasos na realização do transporte do calcário
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto



Medida(s)	Estabelecer cronograma de execução previamente definido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, bem como acompanhamento contínuo da execução contratual por meio de fiscalização designada, possibilitando a identificação e correção tempestiva de eventuais inconsistências.		
Responsável	Secretaria demandante, fiscal de contrato		
<u>RISCO 2</u>	Indisponibilidade de veículos por falhas mecânicas ou problemas operacionais da empresa contratada		
ETAPA	() Planejamento (X) Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato		
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto		
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto		
Medida (s)	Prever a obrigação da contratada de manter frota em adequadas condições de funcionamento, bem como realizar manutenção preventiva e corretiva periódica, garantindo a substituição imediata de veículos em caso de necessidade, de modo a evitar interrupções na prestação do serviço.		
Responsável	Setor de Licitação		
<u>RISCO 3</u>	Divergências entre as quantidades de calcário transportadas e aquelas efetivamente entregues		
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato		
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto		
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto		
Medida (s)	Adotar mecanismos de controle e registro das cargas transportadas, incluindo documentação comprobatória das entregas realizadas, com identificação das propriedades atendidas, quantidades transportadas e respectivas datas de entrega, permitindo adequada fiscalização pela administração municipal.		
Responsável	Fiscal de Contrato		
<u>RISCO 4</u>	Dificuldade de acesso às propriedades rurais		
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato		
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio		



	() Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Medida (s)	Planejamento logístico adequado das rotas de transporte, bem como articulação entre a empresa contratada e a Secretaria Municipal responsável, possibilitando ajustes operacionais sempre que necessário. Definir ponto estratégico em cada assentamento para descarga do material.
Responsável	Fiscal de Contrato

MAPA DE RISCO

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.

XII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da Administração Pública, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 12 de março de 2026.



Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Alessandro Fermino de Souza

Técnico Agrícola
Matrícula n. 9415

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Ana Laura Lara Pereira Pinto

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura



ANEXO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução para atendimento da necessidade por serviços de transporte de calcário para atender o programa “Cuidando de Nossa Terra”, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

- Lei Municipal 2.043/2013 – Cria o programa de transporte de calcário no município de Bataguassu-MS e dá outras providências;
- Ata de Registro de Preços n. 092/2025 do município de Matupá/MT, utilizada para estimativa de valor.



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 03/10/2013

LEI Nº 2043 /2013 DE 04 DE JULHO DE 2013

"CRIA O PROGRAMA DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO NO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU-MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO ARLEI CARAVINA, Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado, no Município de Bataguassu-MS, o Programa de Transporte de Calcário, denominado "cuidando de nossa terra", objetivando:

I - aumentar a produtividade agrícola de cada propriedade;

II - aumentar a produção agrícola do Município;

III - aumentar a renda do produtor e,

IV - evitar o êxodo rural.

Art. 2º O Programa atenderá anualmente, com o transporte de calcário aos proprietários de imóveis rurais do Município, selecionados segundo os critérios discriminados no Art. 5º, da presente Lei.

Art. 3º Fica estabelecido que, aos agricultores que atenderem aos critérios deste Programa, o Município poderá custear o valor do frete, por tonelada transportada.

Art. 4º Havendo disponibilidade, o Município poderá efetuar o transporte do calcário com caminhão basculante, mediante o pagamento do valor estipulado em Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º Para o recebimento do benefício de que trata esta Lei, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, adotará os seguintes critérios seletivos:

I - Bloco de Nota de Produtor em dia e, que seja do Município de Bataguassu-MS;

II - Análise de solo e,

III - Cópia da Nota Fiscal do calcário transportado.

IV - Os beneficiários devem ser caracterizados como mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Parágrafo Único. O mencionado no Inciso II somente será obrigatório quando o recebimento do benefício resultar na entrega de calcário em quantidade igual ou superior a 10 toneladas. (Redação acrescida pela Lei nº 2077/2013)

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Anual do Município - LOA.

Art. 7º A presente Lei, após promulgada e sancionada, será regulamentada através de Decreto do Executivo Municipal no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 04 de Julho de 2013.

Pedro Arlei Caravina
Prefeito Municipal

Welington Rodrigo Lima
Secretário de Administração e Finanças

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 02/04/2019



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **DOIS IRMAOS TRANSPORTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 59.248.579/0001-59, Inscrição Estadual nº 14.104.574-4, Av. Mato Grosso, nº 851E, Bairro Cidade Nova, na cidade de Lucas do Rio Verde/MT, CEP 78.462-129, Telefone (65) 9 9981-8768, e-mail doisirmaostrasportadora@gmail.com, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo Sr. **ANA CAROLINA VITORIA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº xxx.439.461-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO (FRETE), COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL, TAXAS DE SERVIÇOS E DEMAIS DESPESAS INERENTES AO SERVIÇO (INCLUSIVE DO DESLOCAMENTO ATÉ O LOCAL DA CARGA OU RETORNO) POR CONTA DA CONTRATADA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 29 TONELADAS (FRETAMENTO ADQUIRIDO POR TONELADA EFETIVAMENTE RODADA CARREGADA) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
378619	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EVENTUAL DE CARGA, POR TONELADA EFETIVAMENTE RODADO CARREGADO, ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO CARRETA COM CARROCERIA, MODELO CAÇAMBA BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 29 TONELADAS, PARA TRANSPORTE DE INSUMOS AGRÍCOLAS, EM ESTRADA DE ASFALTO (EM MÉDIA 570 KM), EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DESTE ÓRGÃO LICITANTE.	TONELADA	IVECO 460	1.250	148,99	186.237,50
378620	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EVENTUAL DE CARGA, POR TONELADA EFETIVAMENTE RODADO CARREGADO, ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO CARRETA COM CARROCERIA, MODELO CAÇAMBA BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 29	TONELADA	IVECO 460	1.250	148,99	186.237,50





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

TONELADAS, PARA TRANSPORTE DE INSUMOS AGRÍCOLAS, EM ESTRADA DE CHÃO E ASFALTO (EM MÉDIA 570 KM ASFALTO E 120 DE CHÃO), EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DESTE ÓRGÃO LICITANTE.					
--	--	--	--	--	--

Total Fornecedor R\$372.475,00

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 017/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 017/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Agricultura	Aletícia Valentim da Silva	15114/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Itau, agência nº 1364, conta corrente nº 97965-6.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência;

6.2.2. multa;

6.2.3. impedimento de licitar e contratar e

6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 09 de maio de 2025.

Município de Matupá
BRUNO SANTOS MENA
Contratante

DOIS IRMAOS TRANSPORTE LTDA
CNPJ nº. 59.248.579/0001-59
ANA CAROLINA VITORIA DA SILVA
CPF nº. xxx.439.461-xx
Contratada

